

MINAS CONTRA O DESMATAMENTO

feam
FUNDAÇÃO ESTADUAL
DO MEIO AMBIENTE

IEF
INSTITUTO ESTADUAL DE FLORESTAS

Igam
Instituto Mineiro de Gestão das Águas

**MINAS
GERAIS**
GOVERNO DIFERENTE.
ESTADO EFICIENTE.

PLANO ANUAL DE FISCALIZAÇÃO 2024 REFORÇA AGENDA DE COMBATE AO DESMATAMENTO EM MINAS

Somente em janeiro, foram realizadas 7 operações e 442 ações de fiscalização. Ações preventivas também reforçam parceria entre Estado e municípios.



A agenda de fiscalização ambiental se firma a cada ano como um instrumento fundamental no combate ao desmatamento em Minas Gerais. Ao elaborar o Plano Anual de Fiscalização (PAF), a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Semad) estabelece estratégias para coibir as atividades ilegais no estado. As ações são executadas em parceria com a Polícia Militar de Meio Ambiente, utilizando ferramentas inovadoras no monitoramento da cobertura vegetal.

Para 2024, o PAF já prevê a realização de 107 operações ordinárias. Esse tipo de operação reúne um conjunto de ações de fiscalização com objetivo de verificar a regularidade e prevenir quanto aos principais problemas em âmbito regional. A fim de garantir o bom andamento

das próximas ações de fiscalização que serão realizadas durante o ano, o PAF tem caráter sigiloso. Somente neste primeiro mês do ano, já foram deflagradas 7 operações ordinárias, com um número total de 442 ações de fiscalização e 249 infrações ambientais detectadas.

O subsecretário de Fiscalização Ambiental da Semad, Alexandre Leal, pontua que, no ano passado, Minas registrou mais de 52 mil fiscalizações, com mais de 16 mil infrações constatadas, o que resultou na redução do desmatamento. "Fomos destaque nacional nesses índices, com redução de 62% do desmatamento ilegal na Mata Atlântica. Já no Cerrado, enquanto outros estados do país registraram aumento de 3% na degradação desse bioma, a queda em Minas foi de 12%.

Seguimos em 2024 com mais inovações, investimentos e reforço ainda maior nas ações de fiscalização, com todas as temáticas ambientais sendo fiscalizadas com estratégia já definida no PAF 2024", ressalta.

OPERAÇÕES ESPECIAIS E EXTRAORDINÁRIAS

Nas chamadas "Operações Especiais", o objetivo é verificar a regularidade e prevenir quanto aos principais problemas ambientais do Estado. O caráter Especial se justifica, além da relevância do tema foco de atuação, pela necessidade de agir de forma integrada com outros órgãos e entidades do Poder Público.

Entre as fiscalizações de caráter extraordinário estão o atendimento a requisições dos Órgãos de Controle, Poder Judiciário, entre outros, bem como a denúncias recebidas pela Semad e PMMG. Apesar de não programadas, buscase o atendimento de forma célere e, para isso, reserva-se tempo de trabalho das equipes para essas fiscalizações.

AÇÕES PREVENTIVAS

Além de serem continuamente executadas pelas Unidades Regionais de Fiscalização (URFis), as ações preventivas ainda serão destaque no âmbito do plano de ação "Minas Contra o Desmatamento". Em 2023, foi assinado um Termo de Cooperação Técnica entre Estado e municípios para o desenvolvimento de ações conjuntas e inéditas de prevenção e combate ao desmatamento. O planejamento será posto em prática em 2024.

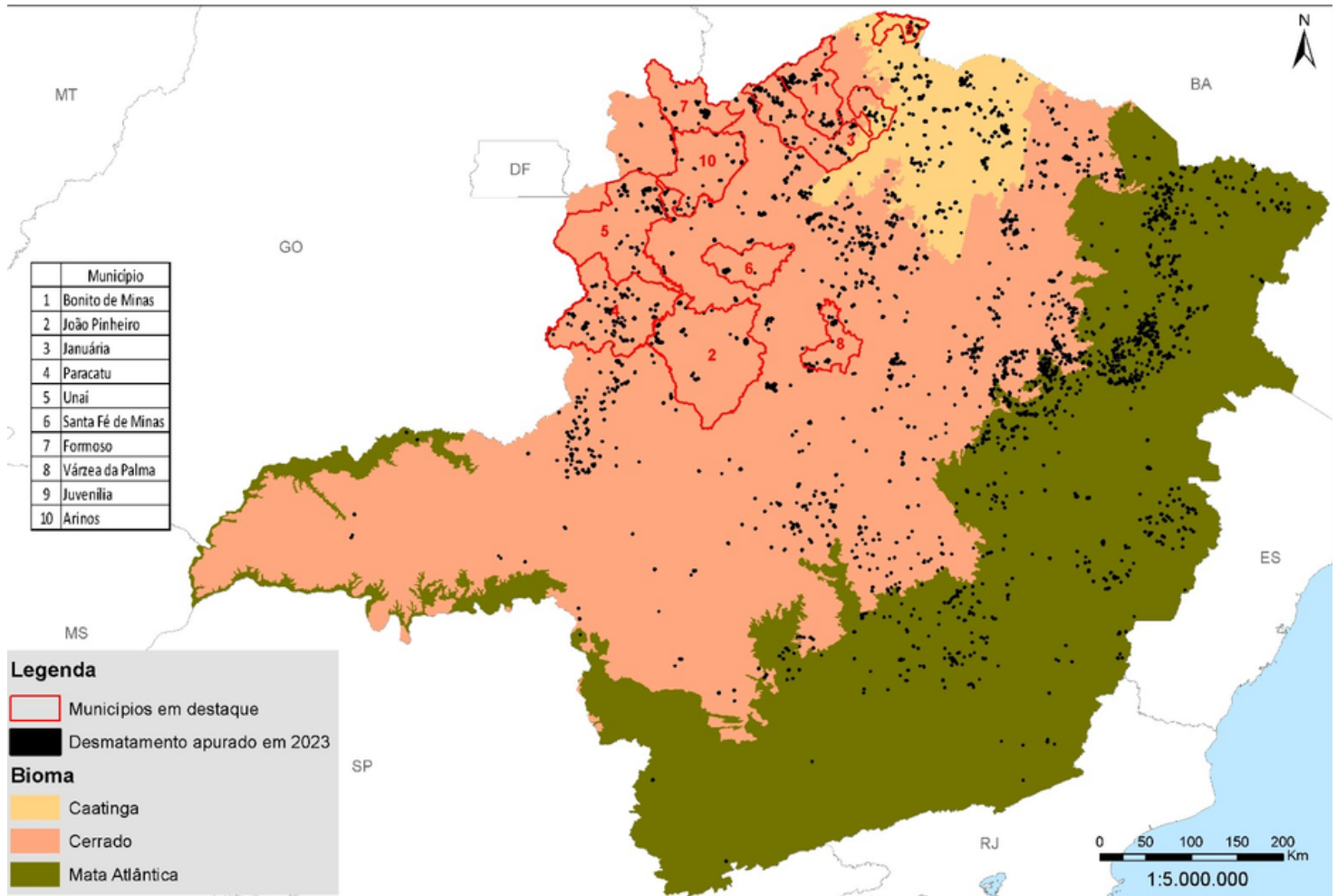
Para fazer parte do plano, o Governo de Minas convidou os municípios que se destacaram em relação ao número de alertas de desmatamento no primeiro trimestre de 2023: Buritzeiro, Coromandel, Januária, João Pinheiro, Paracatu, Santa Fé de Minas e Três Marias.

"Fomos destaque nacional nesses índices, com redução de 62% do desmatamento ilegal na Mata Atlântica. Já no Cerrado, enquanto outros estados do país registraram aumento de 3% na degradação deste bioma, a queda em Minas foi de 12%. Seguimos em 2024 com mais inovações, investimentos e reforço ainda maior nas ações de fiscalização com todas as temáticas ambientais sendo fiscalizadas com estratégia já definida no PAF 2024", pontua o subsecretário de Fiscalização, Alexandre Leal.



MONITORAMENTO

Ocorrência de desmatamento em Minas Gerais Monitoramento Contínuo da Vegetação - IEF 2023



DADOS DE FISCALIZAÇÃO (01/01/2004 - 24/01/2024)

7 OPERAÇÕES
SEMAD/PMMG

442 NÚMERO DE
FISCALIZAÇÕES

1.280 HECTARES EM ÁREA
FISCALIZADA

249 NÚMERO DE
INFRAÇÕES



FISCALIZAÇÕES CONTRA O DESMATAMENTO

ANO	FISCALIZAÇÕES	INFRAÇÕES
2019	5.701	3.604
2020	5.983	3.347
2021	7.001	4.302
2022	10.190	6.525
2023	10.340	6.873
2024	442	249
TOTAL	39.657	24.900

FISCALIZAÇÕES - POR BIOMA 2024

BIOMA	FISCALIZAÇÕES	INFRAÇÕES
CAATINGA	17	14
CERRADO	175	121
MATA ATLÂNTICA	248	114
NÃO INFORMADO	2	0
TOTAL	442	249

FISCALIZAÇÕES - POR BIOMA (2020 A 2024)

BIOMA	FISCALIZAÇÕES	INFRAÇÕES
CAATINGA	874	561
CERRADO	16.681	9.950
MATA ATLÂNTICA	21.935	11.878
NÃO INFORMADO	167	2.511
TOTAL	39.657	24.900





Foto: Divulgação Sisema

FISCALIZAÇÃO COÍBE DESMATAMENTO E CAPTAÇÃO IRREGULAR DE RECURSO HÍDRICO NO SUL DE MINAS

Operação "Status Quo" fiscalizou 22 imóveis rurais em 16 municípios entre os dias 22 e 26 de janeiro. Foram aplicadas cerca de R\$ 500 mil em multas por infrações ambientais

A Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Semad), por meio da Unidade Regional de Fiscalização do Sul de Minas, realizou, de 22 e 26 de janeiro, a operação de fiscalização "Status Quo", contra o desmatamento ilegal. A ação foi desenvolvida em 16 municípios. Resultados parciais apontam para a aplicação de cerca de R\$ 500 mil em multas.

Ao todo, 22 imóveis rurais foram alvos da fiscalização. Eles foram selecionados por terem sido autuados por supressão irregular de vegetação nativa em ações anteriores. Com isso, os fiscais da Semad voltaram aos locais para avaliar as condições atuais das áreas. Na ocasião, foram constatadas, nas propriedades, medidas que impediam a regeneração natural de florestas e demais formas de vegetação, além de descumprimento das penalidades de embargo e suspensão de atividades vinculadas às áreas.

Ao todo, uma área de aproximadamente 100 hectares, com a utilização suspensa ou embargada, estava sendo utilizada irregularmente no momento da fiscalização, o que resultou na aplicação de multas que somaram, aproximadamente, R\$ 500 mil. Além das penalidades administrativas, novas infrações serão impostas.

“As ações de fiscalização praticadas pela equipe da URFIS SM tiveram como objetivo o combate ao desmatamento irregular, em cumprimento ao Planejamento Anual de Fiscalizações (PAF) 2024, buscando a responsabilização pecuniária dos infratores ambientais que praticam a supressão de vegetação, mas, especialmente, a garantia da efetiva recuperação das áreas irregularmente suprimidas. Assim, para além do enfrentamento de novas condutas infracionais associadas ao tema, fundamental se faz a garantia de que as batalhas já travadas contra o desmatamento alcancem o efetivo efeito desejado, qual seja: a recuperação das áreas e a manutenção da cobertura vegetal no Estado de Minas Gerais”, afirma o chefe da Unidade Regional de Fiscalização Sul de Minas, Elias Venâncio Chagas.

Além dos desmates em dois imóveis rurais objeto de ação fiscalizatória, observou-se, ainda, o exercício de atividade produtiva listada na Deliberação Normativa Copam nº 217/2017 sem o devido ato autorizativo, bem como a captação de recurso hídrico sem a devida portaria de outorga. Assim, os imóveis serão objeto de aplicação das penalidades de multa simples em concomitância com a suspensão programada de suas atividades e captação.



Status Quo

Nos imóveis fiscalizados, as intervenções ambientais só estariam autorizadas caso os proprietários obtivessem, em caráter corretivo, a Autorização Ambiental para Intervenção. Caso não tivessem o documento, as áreas teriam que ser efetivamente recuperadas até que chegassem ao seu “Status Quo”, que, do latim, pode ser traduzido como “O Estado das Coisas”. Ou seja, a expressão representa a necessidade de as áreas serem recuperadas até que retornem às suas características primárias.

Combate ao desmatamento

6

O enfrentamento ao desmate irregular segue em 2024 enquanto meta institucional da Semad, primando pela manutenção da cobertura vegetal no Estado, como meio de garantia ao ecossistema ecologicamente equilibrado.

Para isso, será cumprido o Planejamento Anual de Fiscalizações, buscando não apenas a responsabilização dos infratores ambientais que praticam a supressão de vegetação, mas, especialmente, a garantia da efetiva recuperação das áreas desmatadas de forma irregular.





RENOVAÇÃO DA FROTA E AMPLIAÇÃO OPERACIONAL FORTALECEM A FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL EM MINAS

Previsão para o primeiro semestre é de entrega de novas viatura e de equipamentos de inteligência, além da inauguração da sala de situação de combate ao desmatamento.

A fiscalização ambiental em Minas Gerais ganha ainda mais reforço neste ano de 2024. Com novos investimentos, o setor se prepara para combater irregularidades no meio ambiente com mais eficiência e modernidade. No início de janeiro, foram entregues, pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Semad), 22 novas viaturas para renovação e ampliação operacional da frota da Polícia Militar de Meio Ambiente. A previsão é de que, ainda neste primeiro semestre, haja a entrega de mais 20 veículos, agora para a Frota de Fiscalização e Emergência Ambiental da Semad e equipamentos de inteligência, além da inauguração da sala de situação de combate ao desmatamento.

No dia 23 de janeiro, a Semad e o Ministério Público de Minas Gerais (MPMG) entregaram as 22 novas viaturas 4x4 a 22 municípios mineiros, em uma ação simbólica no Museu de Arte da Pampulha. O evento contou com a presença do governador Romeu Zema; da Secretária de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, Marília Melo; do procurador-geral de Justiça de Minas Gerais, Jarbas Soares Júnior; do subsecretário de Fiscalização Ambiental, Alexandre Leal, entre outras autoridades.

"Nós discutimos uma solução para um prazo posto na 'Lei Mar de Lama Nunca Mais', uma lei absolutamente importante para o estado de Minas Gerais, que mudou a chave em termos de controle das barragens de rejeito, de mineração, mas que, por algumas questões técnicas, inviabilizou o cumprimento do prazo de descaracterização das barragens de montante", explicou a secretária Marília Melo durante o evento.



O investimento corresponde à execução financeira do Termo de Compromisso envolvendo os participantes: Estado de Minas Gerais, Ministério Público do Estado de Minas Gerais, Ministério Público Federal e Samarco Mineração, assinado em 25 de fevereiro de 2022. O termo foi instituído em razão da descaracterização de barragens a montante, obrigação dotada de interesse social e ambiental para eliminar eventuais riscos dessas estruturas.

"Buscamos o MPMG para nos apoiar na construção de uma solução possível, pois, ao mesmo tempo que queríamos garantir o cumprimento da lei, queríamos ter a segurança técnica para que essas estruturas fossem descaracterizadas com segurança num prazo adequado", detalhou a Secretária.

Aquisição

As 22 viaturas, modelo Mitsubishi L200 4x4, serão usadas para potencializar as ações de fiscalização e proteção ambiental no Estado. O valor total da aquisição é da ordem de R\$ 4,5 milhões, recurso que faz parte da cota da Semad destinada pela Samarco ao Estado de Minas Gerais. Os municípios mineiros beneficiados são: Santos Dumont, Uberaba, Uberlândia, Arinos, João Pinheiro, Carmo do Paranaíba, São Gonçalo do Abaeté, Itabira, Ubá, Muriaé, Cataguases, Lavras, Minas Novas, Serro, Formiga, Itaúna, Piumhi, São Roque de Minas, Oliveira, Pompéu, Pará de Minas, Pitangui.

Novas entregas

Ainda neste semestre, a previsão é de que novas viaturas sejam entregues para a renovação da frota de Fiscalização e Emergência Ambiental da Semad, além de equipamentos de inteligência para a Semad e para o Batalhão da Polícia Militar de Meio Ambiente. A entrega, além de potencializar as ações de fiscalização dentro do Estado, proporciona melhores condições de trabalho, modernização das estruturas e segurança nas atividades de campo, principalmente no acesso às áreas rurais.

A Sala de Situação de Combate ao Desmatamento e Carvão Ilegais, prevista para o primeiro semestre, será um centro de monitoramento com computadores de última geração, painéis de vídeo e equipe dedicada ao monitoramento das ocorrências de desmatamento e de irregularidades na cadeia do carvão vegetal.

"O espaço possibilitará aprimorar as ações de monitoramento do desmatamento e das medidas de fiscalização, com o objetivo de subsidiar o planejamento de operações, gerar conhecimento e produzir informações adicionais para o enfrentamento do desmatamento ilegal e dos ilícitos na cadeia do carvão vegetal", comenta o Subsecretário de Fiscalização Ambiental, Alexandre Leal.





Foto: Divulgação Sisema

PLANO ESTRATÉGICO DE ANÁLISE E MUNICIPALIZAÇÃO DO CAR VÃO IMPULSIONAR A REGULARIZAÇÃO AMBIENTAL DE IMÓVEIS RURAIS EM MG

IEF irá lançar novos projetos em 2024 com foco na capacitação de gestores públicos para apoio aos produtores rurais.

Para acelerar, descentralizar e dar mais eficiência às análises do Cadastro Ambiental Rural - CAR, o Instituto Estadual de Florestas (IEF) desenvolve novos projetos para 2024, com foco na capacitação de gestores públicos. Impulsionado pelos avanços das análises do CAR feitas no estado – já são cerca de 10 mil desde agosto de 2023 –, o IEF deve lançar, ainda no primeiro semestre de 2024, o Plano Estratégico de Análise do CAR e iniciar a municipalização das análises entre os municípios interessados.

O cadastro ambiental rural é um registro público nacional obrigatório a imóveis rurais, que permite aos produtores a regularização ambiental de seus imóveis. Esses dados formam uma base para controle, monitoramento, planejamento ambiental e econômico, e combate ao desmatamento para a gestão pública.

O Plano Estratégico de Análise do CAR, que está em fase de elaboração, visa estabelecer diretrizes até 2030 para orientar gestores públicos e proporcionar transparência à sociedade. A ideia, de acordo com o coordenador do CAR no IEF, César Donato, é a integração com outros projetos estaduais em andamento, como o Minas Contra o Desmatamento e o PRA Produzir Sustentável, que tem como base o Programa de Regularização Ambiental (PRA), além da

integração com a construção de planos municipais específicos para regiões sensíveis, como a Mata Atlântica e o Cerrado. Além disso, o Plano Estratégico visará regiões de menor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) no estado, com vistas a incentivar boas práticas socioambientais e fomentar a gestão ambiental local, com potencial de melhorar também a economia da região.

“A intenção é ampliar a atuação dentro dessas áreas. Estamos buscando adesão de diversas instituições para apoiar o produtor rural no atendimento das notificações geradas pelas análises dos cadastros. Ainda, trabalhamos para dar suporte aos gestores públicos nas análises, subsidiando a integração do CAR com a construção dos Planos Municipais de Conservação da Mata Atlântica (PMMA) e do Cerrado (PMCC), e vários outros programas e projetos na área de meio ambiente. Nosso objetivo é proporcionar uma gestão ambiental eficiente”, comenta César.

Segundo ele, a maioria das análises já finalizadas está nas áreas desses programas. E, como o CAR é instrumento de desenvolvimento socioambiental, que permite, por exemplo, que um produtor rural com o cadastro analisado consiga, inclusive, desconto e prazos diferenciados no financiamento rural, o objetivo é intensificar as análises nas áreas desses programas ou nas propriedades

que já aderiram, de forma voluntária, ao PRA.

“Nossa intenção é que o produtor rural atenda a notificação e possa colher os frutos de ter sua propriedade rural regularizada. Além dos benefícios ambientais que o produtor obtém com a regularização, hoje, com o Plano Safra, o produtor pode ter uma redução de até 0,5% na taxa de juros do crédito rural, além de obter o Selo Verde de sua propriedade e não ter restrições para a comercialização de sua produção. A maioria das notificações emitidas dependem de soluções simples e podem ser respondidas rapidamente por meio da Central do Proprietário/Possuidor do CAR”, diz.

Municipalização

Outra iniciativa do IEF para 2024 é a municipalização da análise do CAR, para a qual o planejamento prevê a capacitação de alguns municípios, começando por aqueles que possuem convênios com o Instituto. “Em breve, gestores municipais serão convidados a participar do projeto, e aqueles interessados terão a oportunidade de realizar a análise dos CARs em seus territórios”, diz César. O intuito é descentralizar o processo, permitindo que os municípios assumam a responsabilidade pela análise do CAR e, conseqüentemente, agilizem a regularização ambiental de suas regiões.

Parcerias

Para o sucesso das iniciativas, há parcerias com instituições nacionais, regionais e internacionais. “Elas não se limitam à fase de análise, mas também incluem apoio no pós-análise. O foco é garantir que os produtores rurais recebam suporte contínuo para responder às notificações e efetivar a regularização de seus imóveis rurais”, explica César.

Atualmente, o governo busca parcerias com sindicatos, cooperativas e prefeituras para fornecer o suporte necessário aos produtores rurais. A colaboração com entidades como o Sistema Senar, Federação de Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais (Faemg), Organização das Cooperativas do Estado de Minas Gerais (Ocemg), Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural de Minas Gerais (Emater-MG) e a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais (Fetaemg), é uma das estratégias destacadas para alcançar efetividade na comunicação e no apoio aos produtores durante o processo de regularização ambiental.



Análises CAR

No início de janeiro, o IEF divulgou o quinto edital de notificação de análises do CAR no estado e de convocação para que os proprietários façam a adesão ao PRA, o primeiro de 2024. Esta edição contém a análise de 2.502 cadastros, analisados entre os dias 1 e 31 de dezembro de 2023. Como resultado, são oito CARs validados sem pendência, um CAR convocado para adesão ao PRA e 2.493 CARs validados com pendências, ou seja, pendentes de retificação ou entrega de documentos. No acumulado dos cinco editais já publicados, e considerando o ano de 2023, o IEF finalizou o ano com 4.892 análises publicadas.



MINAS CONTRA O DESMATAMENTO

DENÚNCIAS

A colaboração de todos é fundamental para o combate ao desmatamento! Faça também a sua parte, denuncie!

A denúncia ou solicitação de fiscalização ambiental pode ser feita pelo **LigMinas** (ligue 155 - opção 7) ou por este link:

www.meioambiente.mg.gov.br/-denuncia-ambiental-solicitar-fiscalizacao-ambiental



[MEIOAMBIENTE.MG.GOV.BR](http://www.meioambiente.mg.gov.br)



[MEIOAMBIENTE MINAS GERAIS](https://www.instagram.com/meioambiente Minas Gerais)



[MEIOAMBIENTE MINAS GERAIS](https://www.facebook.com/meioambiente Minas Gerais)

feam
FUNDAÇÃO ESTADUAL
DO MEIO AMBIENTE

IEF
INSTITUTO ESTADUAL DE FLORESTAS

Igam
Instituto Mineiro de Gestão das Águas

MINAS GERAIS
GOVERNO DIFERENTE.
ESTADO EFICIENTE.